

A POLÍTICA DE FOMENTO ÀS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL: NOÇÃO DE SUJEITO E PROJETO DE EDUCAÇÃO

Leidiane Francisca de Oliveira¹
Tiago de Castro Rodrigues²

Resumo: A política educacional nacional de fomento às escolas de Ensino Médio em Tempo Integral foi instituída pela Lei nº. 13.415/2017, forjada no bojo da dita Reforma do Ensino Médio, normatizada inicialmente pela Portaria nº. 727/2017, atualizada pela Portaria nº. 2.116/2019. De acordo com esses dispositivos legais, a proposta pedagógica das escolas que ofertam Ensino Médio em Tempo Integral objetiva a ampliação da jornada escolar para no mínimo 7 horas diárias, tendo em vista promover a formação integral e integrada do estudante, prometendo assim, melhorar a qualidade da educação pública. Tal proposta indica como pilares a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a nova arquitetura do Ensino Médio. Ressalta-se como público a quem prioritariamente essa política educacional é destinada escolas/estudantes em condições de vulnerabilidade social. Diante disso, a partir da análise dos documentos legais citados, torna-se relevante discutir a noção de sujeito e o projeto de educação imbricados nos modos de endereçamento dessa política curricular. Para isso, buscaremos nos aproximar de alguns estudos pós-estruturais do campo curricular com o intuito de problematizarmos a fixidez identitária do estudante (LOPES, 2019), refletirmos sobre a ideia de público (MACEDO; RANNIERY, 2018) dessa política curricular e, sobretudo, enfocarmos a questão da diferença (MACEDO, 2014). Assim, entende-se que essa problematização é fundamental para que se escape da simplificação mistificadora (CUNHA; LOPES, 2017) e seja pensado um sentido ampliado de educação, enquanto relação intersubjetiva (MACEDO, 2015).

Palavras-chave: Política Educacional; Ensino Médio em Tempo Integral; Educação Integral.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Érika; LOPES, Alice Casimiro. Base Nacional Comum Curricular: regularidade na dispersão. **Investigación Cualitativa**, Urbana, IL, USA, International Association of Qualitative Inquiry, v. 2, p. 23- 35, 2017.

LOPES, Alice Casimiro. Itinerários formativos na BNCC do Ensino Médio: identificações docentes e projetos de vida juvenis. **Retratos da Escola**, v. 13, n. 25, p. 59-75, jan./mai. 2019.

MACEDO, Elizabeth. Currículo, cultura e diferença. In: LOPES, Alice Casimiro; ALBA, Alicia de (orgs.). **Diálogos curriculares entre Brasil e México**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 83-104, 2014.

MACEDO, Elizabeth. Base nacional comum para currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, nº. 133, p. 891-908, out./dez. 2015.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), *Campus* Universitário de Rondonópolis. E-mail: leidiane.oliveira@aluno.ufr.edu.com

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), *Campus* Universitário de Rondonópolis. E-mail: tiago.rodrigues@aluno.ufr.edu.com

MACEDO, Elizabeth; RANNIERY, Thiago. Políticas públicas de currículo: diferença e a ideia de público. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 3, p. 739-759, set./dez. 2018.